

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE ASFIXIADO PELO GOVERNO REGIONAL DE DIREITA ESTÁ A DEGRADAR A PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE AOS AÇORIANOS

30 de agosto de 2023

Os sinais e sintomas de degradação do Serviço Regional de Saúde ao longo dos últimos meses são por demais evidentes e, infelizmente, cada vez mais perceptíveis e sentidos pela população Açoriana.

Mais de 40 anos volvidos desde a sua criação, considerado como uma das maiores conquistas da Autonomia, o Serviço Regional de Saúde, após a mais recente Pandemia, atravessa dias conturbados e enfrenta um dos mais duros ataques à sua sustentabilidade.

Tomemos em consideração alguns exemplos dos impactos sentidos e relatados pela própria população e profissionais de saúde:

- Queixas de demora e falta de resposta com atrasos de largos meses na marcação de consultas e exames complementares de diagnóstico;
- Queixas de consultas e exames complementares de diagnóstico adiados;
- Queixas de cirurgias canceladas. Nos últimos dois anos e meio registou-se o maior número de cirurgias canceladas de sempre no SRS: 3.468 em 2021 e 3.724 em 2022.
- Falhas graves na prestação de serviços. Foi público o relato do Diretor do Serviço de Obstetrícia do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDES) sobre o procedimento de interrupção voluntária da gravidez se ter deixado de realizar no HDES devido a constrangimentos no processamento do vencimento dos técnicos.

- Falta de manutenção de edifícios e equipamentos que prejudica a qualidade de prestação dos cuidados de saúde. É público o caso do sistema de ar condicionado do Centro de Saúde da Madalena do Pico, que coloca em causa a qualidade da prestação dos cuidados de saúde do serviço de hemodiálise;
- Falta de condições de segurança e qualidade para a prestação de cuidados de saúde. As Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros já alertaram para o número crescente de pedidos pelos profissionais de saúde de escusa de responsabilidade no Serviço Regional de Saúde;
- Queixas de falta de entendimento, dificuldades e constrangimentos na atribuição do Complemento Especial para os Doentes Oncológicos e Doentes Transplantados;
- Extinção do Provedor do Utente da Saúde para criação de uma Entidade Gestora do Doente em Espera, que ainda não foi criada, estando os utentes do Serviço Regional de Saúde sem saber a quem devem dirigir queixas ou reclamações.

O GPPS/A tem vindo a alertar ao longo dos últimos meses para o preocupante agravamento que se verifica na disponibilidade financeira das unidades de saúde para fazerem face aos seus compromissos.

Foram públicos os dados e as declarações do Governo Regional sobre as contas das Unidades de Saúde de Ilha da Região.

Sobre e, para além dos referidos dados e declarações do Governo Regional, o GPPS/A alerta para **quatro pontos graves e preocupantes**:

1. **À degradação das contas das Unidades de Saúde de Ilha juntam-se os Hospitais**, senão vejamos atendendo às Demonstrações Financeiras do 1.º Trimestre de 2023 e aos dados da Direção Geral do Orçamento:
 - a) Em relação ao período homólogo há uma **degradação dos Resultados Operacionais**, em termos agregados, dos três hospitais, em **5ME**;

- b) Os **Resultados Líquidos agravam-se em 5,2ME** face ao período homólogo;
- c) O **Passivo aumentou 24ME** em relação ao período homólogo;
- d) O montante da **dívida a fornecedores no 1.º trimestre de 2023 aumentou 19,5ME** face ao período homólogo;
- e) **Prazo Médio de Pagamentos.** Verifica-se uma **tendência crescente desde o 2.º trimestre de 2022**, ou seja, de há um ano para cá o Prazo Médio de Pagamentos tem vindo a aumentar cifrando-se, atualmente, em 133 dias.

Esta degradação das contas das Unidades de Saúde de Ilha e dos três Hospitais da Região é grave e preocupante.

2. Igualmente grave e preocupante são as declarações do Governo Regional sobre a não transferência de verbas do Orçamento da Região para as Unidades de Saúde de Ilha

A justificação dada pelo Governo Regional para a não transferência de verbas previstas no Orçamento para as Unidades de Saúde de Ilha é grave e preocupante porque viola a lei.

O Governo Regional, ao dizer que não há uma ausência de transferência de verba, existindo sim, valores que tiveram de ser cabimentados, que são superiores àquilo que foi aprovado nos Orçamentos de 2021 e 2022, **está a violar o disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas.**

Basicamente, pela Lei dos Compromissos as Unidades de Saúde de Ilha não podem assumir despesa se não têm verba disponível para cabimentar.

O Governo Regional ao produzir as afirmações que produziu acusou os Conselhos de Administração das Unidades de Saúde de Ilha de assumirem despesa sem cabimento e de, conseqüentemente, violarem a Lei dos Compromissos.

3. Grave e igualmente preocupante é o Governo Regional recorrer a falsidades para dispersar a atenção da sua incompetência.

O Governo Regional ao **referir que a SAUDAÇOR camuflava estes dados é falso.**

O que a SAUDAÇOR, no âmbito das suas atribuições podia fazer era recorrer a empréstimos, situação vedada às Unidades de Saúde de Ilha pela sua natureza pública, possuindo, assim, como fontes de financiamento o Orçamento da Região e as suas receitas próprias.

4. Por último, grave e igualmente preocupante é o Governo Regional afirmar que a 31 de julho já pagou 25 milhões de euros da referida dívida.

Ou seja, o Governo Regional afirma que utilizou verbas do Orçamento de 2023 para pagar despesas de anos anteriores.

E isso deve-se ao gritante subfinanciamento das Unidades de Saúde de Ilha que, **só em 2022, duplicaram a dívida a fornecedores, passando de 18,8ME para 37,5ME**, representando um aumento de 81% em relação a 2020, de 22,3ME.

O Governo Regional está a retirar verba inscrita no Orçamento de 2023 para as Unidades de Saúde, verba essa já de si reduzida por via dos cortes realizados pelo próprio Governo Regional aquando da proposta de Plano e Orçamento para 2023, numa **redução de 6,7ME**.

Ou seja, de um orçamento já de si reduzido face a 2022, com a utilização de verba inscrita para 2023 para pagar despesas de 2021 e 2022, é grave e preocupante como irão e poderão as Unidade de Saúde de Ilha fazer face aos seus compromissos até ao final do corrente ano.

Por tudo isto, tal como o GPPS/A tem vindo a alertar, o Serviço Regional de Saúde encontra-se grave e preocupantemente asfiziado pela incompetência

deste Governo de coligação e de direita, mais preocupado em governar-se do que em governar, com reflexos que se sentem diariamente na qualidade da prestação dos cuidados de saúde às Açorianas e Açorianos de todas as ilhas.